

AGLOMERADOS URBANOS

Raimundo Nonato Oliveira Furtado

Universidade Federal da Paraíba
Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
E-mail: raimundofurtado@aol.com

Resumo

O presente trabalho estabelece as diferenciações perceptíveis, situadas na relação meio ambiente-aglomerados urbanos, cujo teor de composição está alicerçado em teorias econômicas e aspectos jurídico-políticos do Estado, estabelecidos a partir da ruptura homem-natureza, numa ordem diferencial-reducionista revela os desequilíbrios da ação humana em relação ao próprio homem e à fixação de padrões comportamentais geram riscos a sobrevivência humana e da própria Terra.

Palavras-chave: Aglomeração Urbana. Subúrbio. Meio Ambiente. Natureza.

1. Introdução

Muito se tem dito e escrito acerca da questão ambiental, porém poucas foram as realizações que se avolumaram em torno de uma defesa satisfatória com relação ao meio ambiente. Desde a Eco 92 até agora, quase nenhuma ação concreta foi realizada por qualquer país que não esteja relacionado na lista dos que já destruíram parte de suas estruturas ecológicas e que agora buscam no chamado terceiro mundo resguardar o que poderíamos denominar de último reduto onde ainda é possível garantir a implementação de políticas ambientalistas.

As correntes ligadas à questão ambiental são várias. Uns buscam sob esta bandeira defender a lógica das minorias étnicas; outros a natureza animal; há os das causas sociais, havendo inclusive os que se transformaram em “ambientalistas” domésticos. Sem contar-se que esse espaço também é disputado politicamente por duas correntes ideológicas antagônicas: o Estado que definitivamente está cadastrado no rol dos que acreditam que o capitalismo, “globalizado” em quatro vertentes – da geomática, telemática, microeletrônica e microinformática –, representa crescimento nacional, tendo como seu contrário a negação da dívida externa e a espoliação, pela elite internacional, representada pelos padrões de negociações estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional. Entretanto “a crítica para ser eficaz deve fugir do discurso generalista ao avaliar as políticas públicas e os projetos” MORAES, 1997: p. 62, situação possível com transparência e democratização nas decisões.

Fortalecendo a mesma análise, MARTINE, 1996: p. 9 destaca: “a noção de que a população do planeta aumenta exponencialmente, à razão de um bilhão de novos habitantes a cada onze anos, e de que isso está relacionado a depleção de água limpa, à intoxicação do ar, à redução de espécies vivas e à pressão sobre os recursos naturais, concentra a maior parte das atenções da mídia e da opinião pública”.

2 . A forma urbana

Notadamente atingimos uma situação cuja ordem de pobreza e desemprego é ímpar na história. Estudos recentes apontam que a possibilidade de vida da humanidade na Terra está por um fio na medida em que as sociedades se agigantaram em quantidades populacionais, já havendo sérios riscos de falta de água e alimentos. BRANCO, 1989: p.15, referenciando *Um*

Ensaio sobre o Princípio da População, como ela afeta o êxito futuro da sociedade, de Thomas Malthus, aponta algumas relações matemáticas preocupantes para os nossos dias quando destaca: “as populações tendem a crescer em proporções geométricas enquanto que a produção de alimentos cresce apenas em proporções aritméticas. Isto significa que, se as populações humanas crescerem livremente, elas acabarão morrendo de fome”.

O surgimento da indústria mecanoquímica, voltada para o atendimento das demandas de mercado, tornou-se o grande divisor de águas na relação urbano-rural que esteve estabelecido até o século 18, e que se institucionalizou posteriormente. Seguindo a receita do capitalismo industrial burguês, a paisagem urbana modificou-se de forma acelerada e desigual aplicando às parcelas geográficas das cidades a mesma receita da divisão social em estratos delimitados pela capacidade aquisitiva de cada cidadão.

Os conglomerados residenciais são evidências claras, nos centros urbanos modernos e pós-modernos, das conseqüências do modelo de desenvolvimento “natural” que se manifestam com a estandarização dos produtos e dos costumes. Assim, não é difícil verificar-se que a cidade possui três aportes populacionais demarcados a partir das premissas do industrialismo (elite burguesa, camada média e camada baixa), onde o terceiro bloco está alocado nas periferias suburbanas. “A planta dos tentáculos dos nossos subúrbios evoca irresistivelmente a proliferação de um tecido canceroso ao longo de uma rede de vias ou de nervos”. CHARBONNEAU, 1988: p. 41

Sem embargo, o desenho de que o observador de um centro urbano dispõe é o da composição de um ambiente erigido inicialmente com um centro, ramificado em blocos loteados e de áreas industriais, interligadas por ruas com início definido mas sem um fim observável, ao redor das quais se alocam aglomerações humanas. Estas aglomerações constroem seus mercados, suas farmácias, escolas e diversos tipos de casa comerciais, todos dependentes da já citada área central de qualquer centro urbano. Mesmo quando encontramos zonas periféricas que possuem todas as características de uma cidade autônoma, a dinâmica desta está presa a veiculação do que perpassa pelo “centro maior” que lhe deu origem.

3. Um mundo dentro de outro mundo

O grande corte vertical levado a efeito pelo homem em sua relação com a Natureza deu-se com o Cartesianismo, momento em que a vida com seus elementos nada mais seriam senão um grande relógio que podia ser desmontado e remontado correlato às necessidades humanas. Antes, o homem conviveu com a Natureza e reconheceu-a com capacidade de impor-se. Mas o pensador era o homem e não a Natureza, de sorte que ele passou a considerá-la como seu oponente. Sem esta condição não teria sido possível ao ser humano usá-la, destruí-la ou modificá-la. Somente quando a Natureza passou a ser considerada como inimiga, o homem começou a provocar-lhe as mudanças. Os louros da vitória tinham, a partir de então, uma cabeça para adornar.

As sociedades cristãs ocidentais colocaram em marcha essa ruptura: o capitalismo tomou forma, ergueu-se com suas teorias econômicas; o avanço chegou e as estruturas urbanas alicerçaram-se. Os homens edificaram seus centros constituídos das mazelas construídas sob os auspícios da divisão social e a luta do homem mudou o seu foco. O que era antes uma luta do homem contra a Natureza transformou-se, na periferia urbana, numa luta de homens contra homens, carregados de desconfianças e de medos.

Não há espaço urbano que não manifeste “a grandeza da economia e a miséria dos indivíduos” (CHABONNEAU, 1988: p. 43) em suas residências com altos muros, geralmente carregados de pontas de metal ou vidro, grades, portões, eletrificações e até mesmo cães adestrados para por em fuga qualquer tipo de invasor. O curioso, entretanto, é que em quase todos estes espaços de pequenos conglomerados humanos (residências) todos estes aparatos

de proteção estão voltados para garantir a integridade dos bens adquiridos por obra de salários ou outras formas de ganhos econômicos, quase na sua totalidade produzidos em séries pelas grandes indústrias, como a televisão, o aparelho de som, o forno ou o fogão, presentes em quase todas as habitações vizinhas e que são utilizados para a mesma finalidade: cozinhar, refrigerar, assistir à mesma novela ou ouvir a mesma música, todos projetados sob a lógica da mass-media.

Mas se a Natureza era o inimigo, por que o homem constrói em seus apertados espaços de moradia terraços, gramados e mantém pequenas plantas seja no próprio solo, ou em vasos? Seria para atenuar algum sentimento de culpa por sua ação irracional? Se obtivermos a esta pergunta uma resposta positiva, vale ressaltar que tal ação em hipótese alguma removerá o dismantelo praticado, e, se reduzirmos o efeito de tal ato para o próprio espaço construído pelo homem para proteger-se da Natureza, mesmo assim, sequer abalará as ilhas de calor que ali se estabeleceram a partir das cadeias produtivas.

Segundo BRANCO: 1992 p. 20 “a cidade é um grande consumidor de energia e, toda vez que a utilizamos, há sobra de calor. Quase podemos dizer que o calor é uma forma de lixo energético, um subproduto do uso da energia, assim como o lixo urbano é um subproduto do uso de matéria e alimentos. Só que, sob um aspecto, o calor é ainda pior, pois precisa ser dissipado no ambiente; não pode ser reciclado, como muitos dos componentes do lixo urbano. Calor dissipado é calor espalhado pelo ambiente.”

Destarte, a geração de jardins e plantas ornamentais nas moradias urbanas podem dar plasticidade ao ambiente residencial, mas não se torna funcional na correlação inferencial direta sobre o que a Natureza deixou de produzir nestes ambientes reservados de “proteção” humana.

4. Prisioneiros da liberdade

Nos ensina CHARBONNEAU: 1988 p. 45 que “os homens juntaram-se nas cidades para escaparem às forças da natureza”. Lograram êxito. Porém, esta adequação gerou um espaço artificial onde tudo é construído pelo homem para uso do próprio homem; perdeu-se a relação com a cadeia natural.

No espaço urbano criaram-se várias inflexões, mas a que merece maior relevo é a temporal. Cada ser humano, que ali se concentra, tornou-se prisioneiro de responsabilidades e estas são mediadas pelo tempo. A algema do homem moderno é produzida pela própria industrialização em aço e denomina-se relógio; este é o tutor humano.

“As grandes mudanças sociais não ocorreram em favor da população humana, mas para implantar ideologias ou fortalecer sistemas de dominação. O crescimento do Estado fez-se para organizar formas de controle social das elites sobre as massas. O Estado aproveitou as instituições sociais para o seu fortalecimento: religião, educação, moral, patriotismo, família, serviram de base para o Estado, fornecendo condicionamentos sociais e jurídicos para acomodar as massas às regras sociais”. CHIAVENATO: 1997 p. 113.

Sob este aspecto podemos inferir que: a aglomeração urbana não tem centro, nem vida própria, conseqüentemente não tem relações. Quando os homens querem unir-se uns aos outros só conseguem formar a massa, pois a aglomeração não tem forma, nem limite, nem estilo. É como desenvolver-se na desordem, dando a estranha sensação de anarquia. E mais importante: ela obedece a determinações implacáveis: preço do terreno, comodidade de transporte, além da já citada necessidade de ordem física e econômica.

Referindo-se aos avanços desencadeados desde a invenção da luneta, GARCIA: 1999 p. 11 situa: “mergulhamos na modernidade desconhecendo as conseqüências das ações e gestos, à busca de ampliação encontra-se a redução”.

5. Conclusão

A abordagem que estabelecemos está longe de se contrapor a qualquer ordem social vigente no Planeta. Antes, busca dimensionar de forma simplificada os arroubos da ironia que se materializaram à medida que o ser humano entende ser o vitorioso na batalha contra a Natureza.

Em verdade a vitória humana, vista até agora, tem sido a de milagrosamente ainda estar vivo, em que pese o fato de não ter sido humilde o suficiente para compreender que sua existência está diretamente conectada a um sistema em que cada elemento representa uma parcela – cujo grau de importância é idêntico, não havendo primazia para o mais importante ou o menos importante – que integra um todo. Pulverizar um elo da Natureza é quebrar a funcionalidade de um sistema, é quebrar a vida.

Repensar a atividade humana e, por conseqüência, a sua atitude é o desafio do homem pós-moderno que já não pode mais pensar em como ele vai sobreviver, mas em como vamos manter a existência de nosso mundo.

6. Bibliografia Consultada

- BRANCO, Samuel Murgel. **O Meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1989.
- _____. **Ecologia da Cidade**. São Paulo: Moderna, 1992.
- CHARBONNEAU, Bernard. **Jardim de Babilônia**. São Paulo: Edições Afrontamento, 1988. v. 18.
- CHIAVENATO, Júlio José [et alii]. **Ecologia em Debate**. Org. Márcia Kupstas. São Paulo: Moderna, 1997.
- GARCIA, Loreley G. **Visões do Mundo, Visões do Outro**. João Pessoa: PRODEMA/UFPB, 1999.
- MARTINE, George (Org). **População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: Verdades e Contradições**. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1997.